

ADUNIOESTE**SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)****TIDE DOCENTE: REUNIÃO NO PALÁCIO IGUAÇU**

Depois de muitas reuniões e uma Caravana à Curitiba (21 de agosto) que lotou a galerias da Assembleia Legislativa, finalmente o Secretário da Casa Civil, Valdir Rossoni, recebeu os representantes dos sindicatos no Palácio Iguazu para tratar do Tide Docente, numa clara demonstração que o governo só se dispõe a dialogar se houver mobilização e pressão do movimento docente.

A reunião contou com a presença dos representantes dos sindicatos das sete universidades, do Secretário da Casa Civil, do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, e do Líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Romanelli.

Os sindicatos solicitaram que o projeto de lei (PL) do Tide Docente elaborado pela Seti seja encaminhado imediatamente à Assembleia Legislativa. **Tal projeto de lei pretende afastar qualquer interpretação equivocada dos dispositivos legais que possam descaracterizar o TIDE como regime de trabalho, a exemplo do Acórdão no 2.847/2016 do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR). Tal Acórdão tem impedido a tramitação do processo de aposentadoria de muitos docentes em todas as universidades. Somente na UEL, UEM e Unioeste há aproximadamente 300 docentes aguardando uma solução para tal problema.**

O Chefe da Casa Civil afirmou que seria ideal que a tramitação do PL do Tide Docente ocorresse simultaneamente com a adesão das universidades ao META 4. Os representantes dos sindicatos, imediatamente afirmaram que tem um posicionamento contrário, pois tal sistema se constitui num instrumento para retirar direitos dos servidores docentes e técnicos das universidades onde está implantado (UENP e Unespar), além de afrontar a autonomia administrativa e de gestão de pessoal das universidades. Ao final da reunião, o secretário Rossoni disse que solicitaria pareceres da Secretaria da Fazenda e do Paraná Previdência a respeito do impacto do PL apresentado pela Seti e se comprometeu a receber, em 20 dias, os representantes dos sindicatos dar uma resposta ao pleito dos sindicatos.

Se o problema criado pelo TCE/PR. a respeito do Tide Docente não for resolvido rapidamente poderá haver prejuízos para os docentes que estão em processo de aposentadoria com a redução de proventos e se a interpretação equivocada dos conselheiros do TCE/PR for estendida aos docentes em atividade poderá haver redução salarial, superior a 30% no caso dos portadores de título de doutor.

A Diretoria da Adunioeste entende que é preciso, nos próximos 15 dias, construir um novo movimento de mobilização dos docentes, de todas as universidades, que demonstre ao governo que o problema criado pelo Tribunal de Contas deve ser resolvido urgentemente. Para tanto, a Casa Civil precisa “desengavetar” o PL do Tide Docente, elaborado pela Seti, e envia-lo à Assembleia Legislativa.

ACÓRDÃO Nº 2.847/2016 TCE/PR SOBRE O TIDE: A ORIGEM DO PROBLEMA

Como já informado anteriormente o Tribunal de Contas, a partir de junho/2016, passou a considerar equivocadamente o Tide Docente como gratificação de caráter transitório. Desde então, a Adunioeste, em conjunto com outros sindicatos, vem trabalhando politicamente, junto à Seti e à Assembleia Legislativa, para reverter tal problema. Além disso, os sindicatos têm buscado reverter o Acórdão nº 2.847/2016 (TCE/PR) por meio de medidas no campo jurídico.

Inicialmente, a Assessoria Jurídica da Adunioeste ingressou com Embargos de Declaração no próprio Tribunal de Contas. Entretanto, como era previsto inicialmente, o TCE/PR no último dia 21 de setembro, ao julgar os Embargos de Declaração apresentado pelos sindicatos manteve o Acórdão.

As Assessorias Jurídicas dos sindicatos estão preparando recurso à justiça comum, com vistas a anular o Acórdão do TCE/PR, tendo em vista que tal Acórdão afronta direitos adquiridos previstos na Constituição Federal.

SEM MOBILIZAÇÃO NÃO HÁ NEGOCIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DIREITOS.